

IMPERIALISMO E GUERRA CIVIL NO MUNDO ÁRABE: A TRAGÉDIA SÍRIA – APORIAS E CONSEQUÊNCIAS DA FALTA DE INTERVIR

Peter Demant

Resumo:

Segunda parte do artigo analisando a crise síria no contexto internacional, lida com a situação desde o levante popular anti-Assad e a decorrente guerra civil de 2011 até o começo de 2014, defendendo a posição de que apenas uma postura internacional muito mais pró-ativa poderia frear a violência e colocar as bases de um debate abrangente para repensar a convivência das várias comunidades, etnias e religiões. Entre os fatores que tornaram esta convivência mais complicada na Síria – Líbano e Iraque - do que em outras sociedades médio-orientais estão questões não-resolvidas de identidade coletiva. Uma ditadura modernizadora, essencialmente unipartidária de uma comunidade (alawita) sobre as demais, resultado das contradições internas entre as diversas comunidades, provocou, por fim, as demonstrações de 2011. Apesar das reivindicações para democratizar a estrutura política, a extrema heterogeneidade da sociedade síria não permitiu a unificação das oposições. Estas, fracas para começar, receberam pouco apoio externo (ocidental em particular), enquanto o regime se beneficiou da ajuda de Hizbullah, Irã, Rússia e de outros aliados. Paradoxalmente o uso de ADMs do regime de Assad contra civis sírios sepultou a possibilidade de uma intervenção internacional e acabou enfraquecendo as forças democráticas e/ou liberais a favor dos interesses do eixo xiita e de jihadistas sunitas. Em consequência a partir do fim de 2013, o caráter do conflito começou a se transformar de guerra civil em guerra aberta por “proxy” entre interesses sauditas, turcos e iranianos, entre outros. O artigo argumenta que o conflito não pode se resolver pelas próprias forças internas; tenta relativizar o papel do Estado numa solução; esboça alguns elementos de uma nova constituição democrática com fortes garantias para minorias; discute o dilema do papel do islã nela; e explica porque a solução do conflito sírio está vinculada à solução de outros conflitos no Oriente Médio.

Abstract:

Second part of an article analyzing the Syrian crisis within an international context, dealing with the situation in Syria from the popular anti-regime revolt and consecutive civil war from 2011 to the onset of 2014. It defends the position that only a much more proactive international posture has a chance to curb the violence and lay the bases for a wide-ranging debate to rethink coexistence of the various communities, ethnical and religious groups. Among factors that made such coexistence more problematic in Syria (as well as in Lebanon and Iraq) than elsewhere in the Middle East are unresolved questions of collective identity. The outcome of the communitarian clash was a largely one-party modernizing dictatorship of one community (the Alawite) over the others; its contradictions eventually sparked the 2011 demonstrations. Despite calls to democratize Syria's political structure, the extreme heterogeneity of its society did not allow unification of the oppositions. The latter, weak to start with, received little aid from abroad, while the regime enjoyed help of Hizbullah, Iran, Russia and other allies. Paradoxically the Assad regime's use of WMD against Syrian civilians buried the possibility of international intervention, and in the end weakened democratic and/or liberal forces even more, and strengthened the Shiite axis

and Sunni jihadists. As a result, as of late 2013, what had been an internal civil war started to mutate more and more into an open war of proxies for Saudi, Turkish, Iranian and other interests. The article argues that the conflict cannot be resolved solely by internal factors, relativizes the role of the State in its future solution, and outlines elements of a new democratic constitution with ample guarantees for minorities; discusses the dilemmas surrounding the role of Islam; and explains why resolving the Syrian conflict is linked to a solution of other Mideast conflicts.

Prefácio

Os desenvolvimentos no Oriente Médio se sucedem tão rapidamente que mesmo escritos recentes podem ser amplamente ultrapassados pelos eventos, dando a impressão de um artefato quase arqueológico. O intervalo entre escrita e publicação é particularmente gritante em revistas científicas, impondo um distanciamento entre o evento e sua análise objetiva. O intervalo não só é cronológico mas constitui também uma brecha metodológica, por vezes, saudável - mas nem sempre. Tal é também a sorte desta segunda e última parte do artigo sobre a tragédia síria, cuja primeira metade foi publicada no *Malala 2*.

No início de 2014 a guerra civil síria se caracterizava pelo enfraquecimento da oposição secular-pluralista anti-Assad, consequência da fraqueza ocidental frente às maciças violações de direitos humanos e ao uso pelo regime de Assad de armas químicas contra sua própria população civil. Analisamos então como a derrota da alternativa democrática estava jogando cada vez mais sírios nas mãos de oposições islamistas (de radicalidade variável).

No entanto, o ano de 2014 tem testemunhado uma reviravolta imprevista, com gravíssimas repercussões globais: o fortalecimento das milícias islamistas, já em andamento, ganhou um ímpeto sem precedentes com a fulgurante expansão do grupo *Da`ash* ou ISIS (“Estado Islâmico no Iraque e no Levante”), ramo dissidente de al-Qaeda, que em meados de 2014 se transformou no califado “Estado Islâmico” (EI) controlando num território contíguo um terço do Iraque e da Síria. Entre as facetas mais notórias desta recente evolução apontamos as seguintes:

- (1) Combinando estratégias de terrorismo e de guerrilha com guerra “clássica” por exércitos, *Da`ash* conquistou um território muito maior do que qualquer outra oposição anti-Assad;

(2) ao juntar territórios de vários Estados e rejeitar as fronteiras internacionais decorrentes do arranjo imperialista pós-Primeira Guerra Mundial, EI faz vacilar todo o sistema de Estados no Oriente Médio;

(3) EI combina um programa de destruir os governos iraquiano e sírio e substituí-los por um novo Estado islamista, com ideologia e práticas jihadistas antimodernas e antiocidentais, prometendo levar a cabo mundialmente uma guerra sem fim contra todos os não-muçulmanos e todos os muçulmanos “heréticos”;

(4) onde estende seu poderio o EI impõe com extrema violência um regime fundamentalista sobre as populações conquistadas, usando como instrumentos de intimidação perseguições a minorias e grupos específicos (cristãos, yazidis, xiitas...), execuções sumárias, massacres, mutilações, escravidão de mulheres e crianças, e uma gama de controles comportamentais e de doutrinação tiradas do repertório dos talebã afegãos e paquistaneses; tudo devidamente justificado por referência às fontes escriturais islâmicas, segundo sua peculiar leitura destas;

(5) apesar de (ou talvez por causa de) seus atos e propagandas cruéis, EI consegue atrair um apoio significativo, localmente (entre sunitas discriminados e populações mentalmente quebradas e exaustas pelos incessantes deslocamentos e derramamento de sangue) e internacionalmente: jovens enraivecidos do mundo muçulmano inteiro mas também muçulmanos alienados da Europa, Rússia, China, e alhures, atraídos por seu programa universalista;

(6) a violência expansionista do EI se reforça pela mobilização de milhares de muçulmanos simpatizantes (e.o. recém convertidos): estes contestam os sistemas políticos e culturais nos quais estão imersos e se deixam inspirar pelo EI para atacar alvos nos países onde vivem; e/ou se deslocam para o próprio território do EI. Este fenômeno tem se tornado um pesadelo securitário para Estados tão diferentes quanto os EUA, Arábia Saudita, Jordânia, Egito, Israel, Líbano, Irã, Paquistão, Nigéria, China e Rússia, além de quase todos os Estados europeus. Levou os EUA a gradualmente abandonar sua política de neutralidade de fato na Síria em favor de um novo intervencionismo velado (por enquanto bastante limitado e de eficácia desconhecida). Os EUA lideram uma coalizão curiosa onde a Turquia exerce o papel do *spoiler* e o Irã o de coadjuvante do ocidente.

(7) Além destas características do próprio EI, tem sido notável em 2014 (e tampouco previsível) a sobrecarga do sistema internacional, devido à emergência simultânea de novas crises, ou à exacerbação de algumas já existentes (p.ex. Crimeia e Ucrânia e a nova tensão entre Rússia e o ocidente, entre outras) paralisando ainda mais o já afetado potencial de reação da comunidade internacional.

Como resultado dos fatores supracitados, o quadro político na Síria e a percepção internacional dele se modificaram fortemente: a partilha territorial de fato não cessou mas, no olhar de muitos, o regime mortífero de Damasco, antes um “obstáculo” a ser eliminado na rota da tirania para a autodeterminação, parece doravante um “mal menor”. Especula-se em voz alta sobre a possibilidade ou necessidade de pactuar com “o diabo que conhecemos” contra um EI demonizado como “mal absoluto”. Ora, fazer isto sacrificaria a última esperança das várias populações sírias de reescrever seu contrato social, tal como sugerimos na primeira parte deste artigo. Uma realidade já ameaçadora se tornou ainda mais perigosa. Uma solução possível que já foi utopia, agora não é mais que uma miragem que se desmancha. Mas não por isto menos imprescindível...

A despeito destes caveats decidimos publicar a segunda parte do texto mais ou menos tal qual, como modesta contribuição ao debate sobre as responsabilidades da comunidade internacional pelo destino da Síria, cujas populações continuam pagando o preço da nossa isenção.

O impasse sírio ilustra as contradições da política estadunidense em particular, mas também dos demais atores da comunidade internacional: intervir tem tido resultados tão ruins que novas intervenções são hoje politicamente arriscadas. Não intervir e ficar na postura do observador externo que, no máximo, faz esforços paliativos para minimizar o sofrimento humano, parece também exacerbar uma situação que a cada momento arrisca atravessar o limiar de uma crise internacional. Para entender o conflito sírio, o primeiro fator a se ter em mente é que embora ele seja externamente mantido e impulsionado, suas causas são internas. Como consequência, nenhuma intromissão externa pode resolvê-lo, sem mexer com as causas estruturais.

Defendo nesta Parte II a tese de que apenas uma intervenção poderia garantir uma pausa na violência ampla o bastante para permitir que se inicie um processo de se

reinventar a Síria – de “reescrever seu contrato social”. Na impotência das perspectivas para uma solução interna (e descartando a hipótese de uma derrota iminente e definitiva de um dos lados no conflito), além do atual crescimento do EI, **apenas** uma intervenção internacional poderá frear o derramamento de sangue - e ainda apenas se esta dispuser de suficiente força e carregar uma alternativa política suficientemente clara, atraente, e legítima. Para explicar esta posição é mister lembrar antes as linhas matrizes contraditórias da sociedade síria, que tornarão entendível porque a guerra civil atual é improvável de ser resolvida internamente.

Pano de fundo sírio: a simbiose entre heterogeneidade, modernização e ditadura

Enquanto as revoltas na Tunísia, Líbia e Egito conseguiram depor com relativa facilidade os tiranos daqueles países, o levante sírio contra o ditador Bashar al-Assad desaguou numa monstruosa guerra aberta entre comunidades e ideologias. Uma desgraça que pôde acontecer porque a crise síria é, antes de mais nada, um **embate entre identidades que se sobrepõem, se odeiam e simultaneamente precisam umas das outras**. O tirano de um é o protetor do outro. A Síria como conceito existe desde a antiguidade. A Síria como Estado existe apenas desde os anos 1920. Mas, a Síria como ideologia é apenas uma opção entre um leque de identificações contrastantes e incompatíveis, que concorrem pelo coração dos sírios.

Apesar da presença na antiguidade de altas civilizações na região que hoje constitui a Síria, da memória de Damasco como sede do califado omíada (670-750), e de ideologias nacionalistas que desde o século 19 afirmam a perenidade da “nação síria”, os traços determinantes da sociedade síria têm na realidade raízes bem mais recentes. Muitas dessas são, aliás, comuns a outras sociedades do *Mashriq*.²

A Síria emergiu do império otomano já como sociedade extremamente heterogênea. Até agora ela é fragmentada entre comunidades cujas relações se definem por preconceitos mútuos, memórias de difícil coexistência, e medo. Pelo menos 80 % da população é sunita, mas esta maioria convive com alawitas, drusos e outras seitas xiitas,

² *mashriq/maghrib* Aqui se fala em *Mashriq* como oriente (leste) em oposição ao *Maghrib* como ocidente (oeste) do mundo árabe”.

com cristãos subdivididos em inúmeras igrejas em competição entre si e, até a independência de Israel, com diásporas judaicas. É útil lembrar que se trata de identificações comunais, “rótulos” mais do que religiosidades individuais. As origens longínquas deste estado de coisas, não muito diferente do que se observa hoje em outros países árabes, deixaremos em aberto. O que é certo é que as potências coloniais usaram a fragmentação interna que elas encontraram para sua política de “dividir para imperar”. A França, potência mandatária sobre a Síria pela Liga das Nações após a Primeira Guerra, para controlar a maioria, privilegiou os alawitas, seita anteriormente pobre e desprezada, armando-os e tornando-os o núcleo das forças armadas sírias. Quando em 1943 a Síria se tornou independente, nunca se estabeleceu uma democracia baseada na coexistência livremente negociada entre as várias partes da população. Ao invés disto o país caiu sob o controle de grupos armados. Eventualmente o partido pan-árabe Ba'th ("Renascimento") tomou o poder. Ainda o tem. Apesar de sua ideologia secularista e universalista, escondem-se atrás das bandeiras do partido, clãs armados, principalmente dos alawitas. Estes têm mantido a hegemonia de um conglomerado de minorias sobre a maioria sunita pela violência e pelo cooptação – embora uma parcela da burguesia sunita seja aliada de Assad.

Esta situação de uma convivência controlada de comunidades desiguais, em última instância, pelas forças armadas, se perpetua desde que a Síria obteve sua independência. O país nunca desenvolveu uma unidade nacional enraizada, e pelo menos três ideias sobre sua identidade continuam se enfrentando:

(1) Wataniyya ou “**patriotismo**” baseado no território: há quem enfatize a unidade histórica do Levante (*Sham*), da qual o território atual sírio seria o núcleo, mas que engloba também o Líbano, a Palestina e zonas afins. Particularmente complicada é a relação com o Líbano. Este país possui uma identidade coletiva não menos contraditória do que a Síria; uma parte esteve sob protetorado francês desde o século 19; outra foi descolada do corpo da Síria nos anos 1920 por cálculos políticos – um desmembramento nunca aceito pelos nacionalistas sírios (nem por uma parte dos libaneses).

(2) Qawmiyya ou “**nacionalismo**” pan-árabe, baseado na língua ou etnia, ideologia que busca estabelecer um Estado único para todos os árabes, do Atlântico até o Golfo. Não surpreende que grupos minoritários tais como os cristãos árabes estivessem entre os primeiros ativistas destes dois tipos de

nacionalismo secular, que prometia igualdade de dignidade e de oportunidade para todos os habitantes independentemente da sua religião - bem diferente do sistema político otomano que se baseava na primazia política, religiosa e militar do islã (embora proporcionasse liberdade religiosa e boas oportunidades econômicas às comunidades "protegidas" não-muçulmanas). A referência histórica do pan-arabismo é o califado árabe, numa chave de leitura que associa islã à arabidade, enfatizando o islã não como religião universal, mas como expressão do gênio nacional árabe. Hoje o mesmo pan-arabismo, moribundo enquanto projeto político, continua sendo a ideologia oficial de um regime que *realiter* representa os interesses não *dos* árabes, mas de certas seitas.

(3) **islamiyya** ou **islamismo**: sempre existiram os nostálgicos do califado otomano. A divisão da *umma* (comunidade dos fiéis) em nações separadas não condiz com o sonho de unidade e com a reivindicação da predominância mundial do islã. Eventualmente surgiram grupos islamistas (muçulmanos fundamentalistas) que propõem a restauração de uma sociedade pautada pela religião e de um Estado regido pela lei religiosa, o *xaria*. Na Síria, como também no Egito, na Palestina e alhures, o movimento islamista mais forte era o da Irmandade Muçulmana, que buscou a transformação do Estado através de uma militância social gradualista e logo se colocou como a principal oposição aos nacionalistas da esquerda do Ba`th. A destruição desta oposição pelos ba`thistas nos anos 80 abriu a porta para uma radicalização jihadista.

Obviamente é possível combinar identidades. Alguém pode falar árabe, seguir o islã, e ainda se definir em primeiro lugar como sírio. Pesquisa anterior à primavera árabe aponta que a religião islâmica é o primeiro item da auto identificação para o maior grupo em muitos países árabes, seguida pela identificação com o Estado; de modo que a identificação árabe estaria em declínio. É razoável que a situação ideológica na Síria corresponda a essa divisão.

Quando as políticas coloniais francesas de “dividir para imperar” fracassaram, o resultado das resistências anticoloniais e o denominador comum das várias ideologias em competição foi uma Síria independente, mas não democrática, e extremamente instável, onde golpes militares se sucederam. Na luta mortífera entre as ideologias contrastantes o Ba`th se impôs na Síria como predominante em 1963. Na luta interna

dentro do Ba'th emergiu o clã dos Assad em 1970. Hafez al-Assad governou de 1970 até sua morte em 2000 e seu filho Bashar lhe sucedeu desde então. Também neste sentido a evolução da Síria tem paralelos, no caso com o Iraque, país não menos heterogêneo, onde um outro ramo do partido Ba'th chegara ao poder. Também ali um clã, no caso os Tikiritis ao qual pertencia Saddam Hussein, monopolizou o poder. Há outras semelhanças: ambos os regimes são **ditaduras modernizadoras** (industrialização, educação, obras, emancipação da mulher...) mantendo a preponderância de uma minoria contra a maioria, eliminando todas as oposições - até sobrar apenas aquela que se organiza na mesquita. Em ambos os Estados o **contrato social implícito** garantido pela ditadura se baseava numa troca desigual, mas passivamente aceita pela maioria da população: o regime mantém a segurança das demais minorias contra os radicalismos da maioria (sunita na Síria; xiita no Iraque); garante a liberdade religiosa e um mínimo de liberdades econômicas para todos; em contrapartida, reprime quaisquer demandas de liberdade política, e impõe (com tanta violência quanto necessário) a permanência de seus próprios privilégios.

A Síria nas relações internacionais

Em ambos os casos, sírio e iraquiano, o regime também precisava de inimigos e de conflitos externos para sustentar a artificial unidade nacional e a mobilização interna. No caso do Iraque, os curdos, o Irã, e o Kuwait preencheram este papel. Israel e uma variedade de inimigos no Líbano (maronitas, sunitas, drusos, e palestinos ligados à OLP...) apresentaram oportunidades semelhantes para o regime sírio. Nos anos 80, quando o Egito e a Jordânia buscaram uma pacificação baseada em soluções de meio-termo, a Síria que ainda tem parte de seu território (as Colinas do Golã) ocupado por Israel, se colocou como fulcro da oposição rejeicionista que em nome do nacionalismo pan-árabe se opôs a qualquer acomodação com Israel. Desde então a Síria lidera uma "Frente de Resistência" que engloba radicais palestinos e os xiitas libaneses do Hizbullah, além do Irã.

Internamente, o dilema sírio é semelhante ao da Rússia, China, Irã, Coréia do Norte e outras ditaduras que mantêm o poder de suas elites minoritárias por meio de violações às vezes maciças dos direitos humanos e políticos de seus súditos:

politicamente florescem no porão de um submundo inacessível; economicamente, no entanto, não podem sobreviver no isolamento. Num mundo cada vez mais globalizado, precisam de uma economia mais competitiva para se manter; mas, como demonstra o caso chinês, é difícil modernizar a economia sem modernizar a sociedade, modernização esta que mais cedo ou mais tarde acarreta demandas por reformas políticas que ameaçariam os privilégios da minoria no poder. Certas autocracias ricas em recursos naturais podem usar p.ex. sua renda petrolífera para subornar a população e desta maneira adiar o momento das reivindicações, mas a Síria não pode se dar este luxo. Ela possui, por outro lado, um "recurso" negativo interno, advindo de sua extrema heterogeneidade, do ódio e medo entre as comunidades, o que proporciona ao regime uma alavanca para cooptar partes da oposição (cristãos, drusos...) e manter a oposição dividida. Estes fatores ajudam a explicar a longevidade e paradoxal "popularidade" desta ditadura sangrenta - aqueles que o apoiam temem o dia do acerto de contas com os grupos oprimidos. É impossível calcular, mas não seria surpresa se até um terço ou mais dos sírios se sentissem mais protegidos pelas câmaras de tortura do carrasco de Damasco do que sem elas...

No entanto, mesmo num quadro que combina a opressão da maioria sunita com o aval passivo de minorias, o regime de Bashar provavelmente não sobreviveria sem a ajuda de *amigos externos*. Hoje a Síria pode contar com dois grupos de entusiastas externos: os resquícios da velha esquerda pró soviética, e o eixo xiita. Ideologicamente as duas vertentes não poderiam ser mais diferentes entre si. A primeira remete à Guerra Fria. Apesar do clima pouco favorável ao comunismo no mundo muçulmano, existia até os anos 70 uma proximidade historicamente crescida entre o nacionalismo árabe antiocidental e progressista (o chamado "socialismo árabe") e a URSS. Quando o Egito, Argélia, Iraque, a OLP e outros ex-satélites do bloco comunista se voltaram para os EUA ou para a França, a Síria manteve seu link com a URSS, e após a virada pró dois Estados da OLP, com os cismas palestinos mais radicais. Até recentemente, inclusive, após a divisão dos palestinos em dois regimes, Damasco abrigava a liderança "externa" do Hamas. A "amizade" com Irã e Hizbullah é revestida, por outro lado, de um caráter mutuamente instrumental. A relação da Síria com o Líbano se pauta por algumas questões contraditórias: a primeira é o fato da Síria dificilmente reconhecer a soberania do pequeno irmão, cujo território foi artificialmente constituído pela França por pedaços anteriormente sírios no intuito de produzir um contrapeso à predominância

demográfica cristã no Monte Líbano, amputação territorial nunca reconhecida pelos sírios. Para os seguidores do patriotismo regional grão-sírio, o Líbano faz parte da Síria. Existe, portanto, o desejo de reintegrar o Líbano na Grã-Síria. Mas, por outro lado, o Líbano é mais moderno e cosmopolita do que seu vizinho - daí a infiltração do território libanês por serviços de inteligência sírios e as intervenções militares que, paralelamente à luta anti-israelense, são feitas para evitar que os sírios sejam "infectados" pela tendência crítica que vigora em Beirute.

Por outro lado, há o fator xiita internacional. Apesar da imprecisão do termo, é legítimo falar de um "eixo xiita" que vai de Teerã e Damasco até Hizbullah no Líbano. A hegemonia e até a sobrevivência do movimento xiita no Líbano dependem do influxo de armas e outras formas de apoio iraniano: tráfico viável já que apenas atravessa o território do Iraque e da Síria. O regime sírio usa seu controle das rotas vitais para o Hizbullah, aliado do Irã no Líbano, para extorquir concessões políticas e militares de seu compadre em Teerã.

A posição síria aproveitou uma crise existencial do Hizbullah: este, na verdade, está numa posição problemática desde a retirada unilateral de Israel de território libanês em 2000. Uma vez que o exército israelense foi embora, a posição do Hizbullah como "frente" anti-Israel se tornou mais fraca. Manter a retórica (e ocasionalmente alguma prática militar) antissionista é, portanto, fundamental para o Hizbullah, pois é dela que deriva boa parte de sua legitimidade e a justificativa para manter suas milícias e sua proeminência na convoluta paisagem política do Líbano. Ora, novamente, a aliança triangular Síria-Hizbullah-Irã proporciona vantagens propagandísticas a todas as partes. Do ponto de vista iraniano, o laço sírio abre um canal para posicionar armas e eventualmente tropas, mais perto do inimigo sionista, comprando assim influência na Síria. Para o Hizbullah, o fluxo armamentista é pré-condição para sobreviver. Mas o regime de Assad, por sua vez, também se beneficia do apoio de seus dois aliados xiitas. Desde que eclodiu a revolta em 2011, tanto o Irã quanto o Hizbullah proporcionam ajuda militar e política a Assad.

Apesar das aparências - os três "parceiros" são todos xiitas e enfrentam inimigos comuns: Israel, EUA, sunitas - em termos ideológicos não existe proximidade. O regime em Damasco é teoricamente nacionalista secular, praticamente um conglomerado de máfias sectárias pouco ideológicas. Por outro lado, tanto o regime em Teerã quanto o Hizbullah se inspiram do khomeinismo. São forças políticas com ideologia religiosa, que

consideram a Síria como uma base de apoio, um nó fundamental no eixo anti-EUA e anti-Israel, mas não como amigo religioso.³

A Síria da Primavera Árabe à Guerra Civil

Os movimentos reformistas e as demonstrações pró-reformistas da Primavera Árabe que eclodiram nos primeiros meses de 2011 evoluíram de maneira diferenciada em vários países. Na Síria, Assad respondeu às demonstrações populares, inicialmente pacíficas, que reivindicavam respeito aos direitos humanos e abertura política, com brutal repressão e logo massacres. Fechado o caminho político, a resistência se transformou de política em militar. Uma tal transição é quase sempre sinal de desespero, pois normalmente um regime consolidado dispõe de muito mais recursos militares para reprimir a oposição do que uma oposição possui para derrubar o regime. Na verdade, o regime de Assad reagiu com excessiva brutalidade, torturas, desaparecimentos, punições coletivas e massacres, que alcançaram um triste auge em agosto de 2013 com os ataques de gás tóxico que quase provocaram uma intervenção armada ocidental. Os ataques, inicialmente dispersos, se transformaram numa guerra civil que até 2014 vitimou mais de 130.000 pessoas, metade delas civis.⁴ Mesmo assim, o mero fato da guerra perdurar durante dois anos e meio já demonstra o surpreendente poder de resistência da oposição. Esta não conseguiu estabelecer regiões inteiramente libertadas, mas localmente desalojou as forças de ordem do regime, provocando repetidas batalhas de reconquista por parte do governo, com resultados variados.

Após três anos de conflito se desenham as seguintes **conclusões provisórias**:

(1) A extrema heterogeneidade política e religiosa não deixou na Síria uma base social forte e coesa o bastante para derrotar o regime de Assad. (2) A oposição, fraca para começar, sofreu ainda pelo frouxo apoio externo. (3) A ajuda russa e iraniana a Assad, contra a reticência ocidental, em apoiar a oposição permitiram uma conjuntura onde o

³ Os alawitas são uma seita heterodoxa e até recentemente não reconhecida do xiismo, enquanto a maioria dos xiitas libaneses e iranianos pertence ao ramo majoritário, o dos duodécimos. O reconhecimento do alawismo como xiitas “autênticos” pelo regime iraniano não passa de truque propagandístico.

⁴ Em agosto 2014, a ONU avaliou em mais de 191.000 o número de mortos:
http://edition.cnn.com/2014/08/22/world/meast/syria-conflict/index.html?hpt=imi_c2

uso de ADMs (Armas de Destruição em Massa) pelo regime sírio, ao invés de provocar uma intervenção, conduziu a um acordo internacional de neutralização das armas químicas que fortaleceu o regime. (4) Por outro lado grupos jihadistas na oposição anti-Assad, quase inexistentes há dois anos, são hoje o fator predominante em vários lugares. Na verdade estas milícias sunitas extremistas são o outro vencedor: conquistaram um ponto de apoio em território sírio, e estão preenchendo o vazio de poder em Estados limítrofes, gerando o espectro de uma internacionalização do conflito.

Detalhemos essas afirmações:

1. A fragmentação da oposição tem sido um bônus para o regime de Assad. O desequilíbrio de forças entre o regime (ainda apoiado pela Rússia, Irã, Hizbullah etc.) e as milícias da oposição, muito mais fracas e profundamente divididas entre si, levou essas últimas a pedirem ajuda às potências ocidentais e sunitas. A evidente falta de vontade dos EUA e da maioria dos Estados da União Europeia, resultado das frustrações de intervenções anteriores no Oriente Médio, deixaram as facções da resistência dependentes da ajuda da Arábia Saudita, Qatar, Turquia - e de voluntários jihadistas irregulares, muitos deles simpatizantes ou ligados a al-Qaeda. A evolução dos últimos três anos aprofundou a fragmentação da oposição e reforçou as correntes mais extremistas, sectárias, antiocidentais e totalitárias. Localmente grupos tais como a Frente Nusra ou ISIS (Da`ash, ou Estado Islâmico do Iraque e do Levante) estabeleceram micro-Estadinhos intolerantes e opressivos lembrando o dos Talebã no Afeganistão.⁵ Por outro lado, grupos relativamente liberais ou secularistas da Coalizão Nacional Síria têm perdido apoio e terreno.

2. A passividade ocidental tem exacerbado a radicalização islamista dos oponentes sunitas próximos à al-Qaeda. Isto por si toca sinos de alarme nas capitais ocidentais, diminuindo ainda mais a disposição para providenciar armas, o que se torna um ganho para o regime de Assad, cuja tenacidade tem sido não menos surpreendente do que a de seus inimigos. Torna mais irreparável a fragmentação e as tensões entre grupos de resistência anti-Assad moderados e relativamente democráticos e secularistas

⁵ Em julho de 2014 Da`ash oficializou o estabelecimento de um califado chamado “Estado Islâmico” em partes da Síria e Iraque

por um lado, e os com crescente expressividade islamistas, por outro. Como consequência, a frente está se fragmentando numa guerra triangular que opõe o regime Assad tanto à oposição liberal, relativamente pró-ocidental, quanto às milícias jihadistas sunitas, que também combatem umas as outras. Não há claro ganhador nesse embate, e os especialistas especulam que em virtude do equilíbrio de forças a guerra arrisca se prolongar por anos. Desde *ca.* dezembro de 2013 os EUA consideram a Síria não mais como problema político e humanitário, mas como ameaça securitária, interromperam a entrega de ajuda à oposição mesmo (nominalmente) pró-ocidental e começaram a contemplar a negociação com Assad ou grupos islamistas ou ambos.⁶

3. a questão das ADMs eliminou provisoriamente o risco de intervenção e enfraqueceu as forças democráticas e pró-ocidentais a favor dos interesses do eixo xiita e dos jihadistas sunitas.

Em termos militares, locais tanto quanto internacionais, a guerra civil síria passou por uma virada crucial em meados de 2013.

Até a recente resolução do Conselho de Segurança proibindo as armas químicas de Assad e ordenando sua destruição, tentativas consecutivas para legitimar alguma forma, mesmo que modesta, de intervenção internacional foram obstruídas pela Rússia e pela China.

No início de 2013 muitos observadores avaliaram a queda do regime de Assad como uma mera questão de tempo. Porém, na primeira metade do ano o regime não só demonstrou uma surpreendente resiliência como também começou a reconquistar terreno perdido. Sem dúvida o apoio mais firme por parte do Hizbullah e outros aliados influenciou. Mais importante era a reticência dos torcedores ocidentais da posição síria para intervir a favor da oposição democrática. Tanto o governo quanto o público nos EUA se opunham a uma intervenção; na Europa, os governos da França e da Grã-Bretanha mostravam mais entusiasmo mas sem o aval de seu próprio eleitorado; e a UE ficou paralisada, com Alemanha e outros Estados contrários a uma intervenção. O ocidente entregou apenas uma modesta ajuda “não-letal” à resistência democrática e islamista moderada. Por consequência esta foi paulatinamente ultrapassada pelos

⁶ Ver Sarah Birke, 2013, “How al-Qaeda Changed the Syrian War”. In: NYR - New York Review of Books. Disponível em: http://www.nybooks.com/blogs/nyrblog/2013/dec/27/how-al-qaeda-changed-syrian-war/?insrc=hpss&utm_source=Sailthru&utm_medium=email&utm_term=%2AMideast%20Brief&utm_campaign=Mideast%20Brief%201-3-2013

guerrilheiros islamistas radicais que não sofreram tais limitações e se beneficiam de amplo apoio financeiro da Arábia Saudita, Qatar, do *Gulf Cooperation Council* e de doadores particulares no Golfo - e da entrada de milhares de voluntários jihadistas estrangeiros.

Obama colocara o uso de ADMs como “linha vermelha” cuja transgressão provocaria uma intervenção. Em julho um ataque com gás letal pelo regime de Assad matou centenas de opositores e civis indefesos em Damasco, desencadeando uma crise internacional: não reagir minaria a (já afetada) credibilidade dos EUA e tiraria qualquer remanescente influência ocidental sobre a oposição além de exibir uma covardia imoral. Mas o governo de Obama mostrou uma patente falta de vontade para intervir. A opinião pública tanto quanto o Congresso estadunidense rejeitou ainda mais qualquer reação militar - mesmo uma relativamente “segura” e pouco comprometedora como *p.ex.* através do uso de alguns bombardeios aéreos simbólicos (no estilo dos ataques contra Belgrado em 1999). Rússia, China, Irã e outras potências estiveram totalmente contra; especulou-se na mídia até o cenário da Rússia colocar como armadilha “alvos” tripulados para dissuasão: baixas russas desencadeariam uma gravíssima crise internacional. Antes da crise das armas químicas alcançar este nível, os próprios russos propuseram que o governo sírio eliminasse voluntariamente seu arsenal não-convencional sob controle e com ajuda dos órgãos especializados da ONU. Assad, que temeu uma intervenção ocidental, rapidamente assinalou seu aval. Aliviados, os EUA aceitaram a saída “honrável”, evitando uma derrota de Obama no Congresso e internacionalmente. Não aconteceu nenhuma ação punitiva contra o regime sírio.

A partir deste ponto, a **guerra civil** síria, que continua sem interrupção, **mudou de caráter:**

- o regime de Assad recuperou respeitabilidade por mostrar “boa vontade” e se engajar em tratativas com a comunidade internacional, sem que por isto pareça se enfraquecer militarmente;
- a oposição democrática anti-Assad se sentiu traída e perdeu folego e território contra as forças do regime - e contra milícias sunitas extremistas que não a reconheciam. Seguiram-se batalhas entre milícias da oposição ideologicamente inimigas;
- os grupos jihadistas radicais (em particular Jubhat al-Nusra e Da`ash/ISIS, ambos vinculados à al-Qaeda e entrando na Síria a partir da Turquia e do Iraque) se

fortaleceram e conseguiram implantar “mini-emirados”, em particular no norte e leste da Síria. Estão impondo localmente, com extrema brutalidade um regime islamista sunita radical e perseguem xiitas, cristãos e outros: em consequência a brutalidade de Assad parece agora menos excepcional e/ou inaceitável;

- A influência dos EUA no Oriente Médio sofreu uma erosão e o poder russo aumentou. O cenário de uma intervenção internacional desapareceu por completo.
- O enfraquecimento da oposição moderada e a expansão de grupos jihadistas são vistos com crescente preocupação por Washington, como potencial nova base de terrorismo antiocidental. No começo de 2013 os EUA encerraram seu apoio à oposição, e estão reconsiderando suas opções. Contemplam p.ex. trabalhar junto com Assad, os russos e/ou o Irã contra os jihadistas sunitas. Isto fortalece ainda mais o eixo xiita apoiado pela Rússia e contra a qual as demonstrações de 2011 se levantaram.
- Outros ramos dos mesmos grupos jihadistas estão estabelecendo zonas independentes no Iraque ocidental (Anbar) região fronteira com a Síria. Entreve-se a possibilidade de um Estado al-Qaeda unificado englobando partes dos dois países. Baseado em extensa violação de direitos humanos tais como entendidos no ocidente, tal Estado não apenas acabaria com quaisquer experimentos democráticos como estabeleceria um regime fundamentalista sunita. Tal emirado se considerará como núcleo de um futuro califado universal e funcionará como plataforma de lançamento de operações terroristas e militares contra alvos ocidentais, mas também antirussos, anti-iranianos, antichineses, etc.⁷

4. o risco de uma explosão regional cresceu. Apesar das tentativas para contê-la, a guerra civil síria está, portanto, desestabilizando todo o mundo árabe. A guerra civil, ao invés de se limitar, está se espalhando. Isto traz dois prolongamentos regionais: uma crise humanitária de refugiados, e uma extensão da beligerância além das fronteiras.

Um em cada três sírios fugiu de sua moradia em busca de segurança. O número de refugiados sírios em Estados vizinhos alcança mais de dois milhões com previsão de

⁷ A previsão tem se realizado ao decorrer do ano 2014.

chegada de muito mais.⁸ Este deslocamento maciço desafia os meios de absorção de Estados acolhedores e dos órgãos internacionais de ajuda emergencial, e está produzindo uma crise humanitária de grande envergadura.

O que é pior é que, exceto a Turquia, cada um dos Estados recipientes já sofre por si mesmo de gravíssimos problemas de coexistência entre etnias e seitas. Semelhante a como a chegada de refugiados palestinos após 1948 e 1967 produziu mortíferas tensões comunitárias no Líbano e eventualmente constitui o estopim da guerra civil de 1975-1990, assim o influxo de centenas de milhares de refugiados sírios das mais diversas comunidades arrisca romper os frágeis equilíbrios comunitários nos países vizinhos e provocar ondas de violência em série. Os dois países em maior risco são o Líbano e o Iraque. Beirute e Trípoli já vivem uma recrudescência de violências provocadas pela entrada de tropas Hizbullah na Síria ao lado de Assad: rixas sectárias e ataques terroristas anti-xiitas, produzindo atos de vingança anti-sunitas. No Anbar iraquiano e na região predominantemente sunita do Iraque central (Falluja) a discriminação anti-sunita pelo governo de Maliki alimenta ressentimentos que preparam o terreno para a militância de ISIS e de grupos jihadistas afins.

Não é necessária muita imaginação para traçar um cenário sírio que possa incendiar o Oriente Médio inteiro, criando uma crise de amplitude global.

O paradoxo da não intervenção: O que é necessário fazer – e porque os sírios não podem fazê-lo sozinhos

Estamos, portanto, frente a uma situação paradoxal (embora não única na história). Há dois anos, uma ajuda externa relativamente modesta (armas, treinamento, talvez a imposição de zonas de exclusão aérea e de refúgios) a uma população sedenta para se livrar de um tirano e por estabelecer um início de democratização, poderia ter sido suficiente para encorajar as forças democráticas e progressistas e lhes outorgar a vitória. As democracias tinham uma oportunidade para promover, a baixo custo, uma

⁸ 6,5 milhões de sírios são desalojados no próprio país. De acordo com a ONU, em setembro de 2014 a Turquia acolheu 1 milhão de refugiados e o Líbano 667.000. Outras grandes concentrações de refugiados sírios buscaram abrigo no Iraque, na Jordânia e no Egito: <http://www.reuters.com/article/2014/08/29/us-syria-crisis-refugees-idUSKBN0GT0AX20140829>

mudança de regime com óbvio apoio da maioria da população. Essa é uma hipótese que nunca mais poderemos testar. A prolongada reticência (ou impotência) da comunidade internacional em tomar uma decisão, por medo de piorar uma situação já bastante complexa, resultou na própria piora que buscou evitar e tornou um conflito nacional de difícil resolução num beco sem saída com risco de internacionalização. Hoje até uma intervenção muito mais robusta e incluindo “botas no chão”, teria grande dificuldade de simplesmente estancar o sangramento. Hoje o preço é mais elevado e o que se obtém em troca, menos animador.

Na realidade, a eventualidade de uma intervenção, ainda discutida em meados de 2013, está hoje praticamente enterrada. Desde a “solução” vergonhosa da crise das armas químicas, ninguém mais seriamente a propõe. Os diplomatas se esconderam atrás das esperanças ilusórias de um congresso de paz multilateral. Desde o fracasso (anunciado de antemão) do congresso “Genebra II”, janeiro de 2014) e sob o espectro da fulgurante expansão do Estado islâmico em meados do ano, não mais houve iniciativas diplomáticas sérias envolvendo a própria guerra civil síria. Talvez o adiamento da catástrofe inevitável seja a única tarefa viável para diplomatas. Como intelectuais responsáveis precisamos, contudo, transcender as restrições de um realismo que só faz círculos insensatos. Precisamos refletir sobre as necessidades para resolver um conflito que só piora e se expande – mesmo se os contornos forem, na conjuntura atual, improváveis. Proponho abaixo tal exercício em utopia:

A Síria precisa de uma nova constituição, para expressar um novo contrato social.

Historicamente contratos sociais foram a responsabilidade exclusiva de uma nação –um grupo habita certo território e, a partir de determinadas características coletivamente aceitas e internalizadas (língua, costumes, religião, certos valores, a memória de um inimigo comum...) desenvolve e formula os princípios constitutivos de sua convivência. Os franceses desenvolveram uma república laica centralizada, os ingleses um parlamentarismo baseado em representações locais, os alemães um império autoritário baseado numa identidade ancestral, etc. O processo podia demorar anos ou séculos, mas eventualmente todos expressaram sua identidade coletiva num Estado territorial. A fórmula fez sucesso, e hoje a terra inteira está partilhada em 200 Estados

soberanos, que teoricamente abrigam uma nação cada. A ideologia nacionalista até hoje se baseia neste valor da autodeterminação, e o princípio da autodeterminação, transposta da nação para o Estado que (supostamente) a expressa, se tornou a ideologia normativa da comunidade internacional. Conseqüentemente a soberania do Estado é a pedra angular da lei internacional e da ONU.

Porém a mesma autodeterminação também coloca alguns limites: os critérios da participação política, a difícil coexistência entre nações - e os Estados multi- ou não-nacionais.

Por um lado, há o problema do critério do pertencimento, da cidadania. Um Estado que acolhe todos os estrangeiros que assimilem sua língua, seus valores, arrisca diluir sua nacionalidade e entrar numa crise de identidade. O Estado que, pelo contrário, exclui *a priori* a entrada de novos “candidatos” pode se tornar um monstro de *apartheid*, de discriminação e até de genocídio.

Por outro lado, há o problema do choque das autodeterminações. A terra é cada vez mais explorada, a pressão sobre recursos finitos aumenta, as populações se expandem, mas os territórios permanecem os mesmos. Conflitos e guerras resultaram da competição desordenada entre nações. A industrialização e a modernização trouxeram grande prosperidade, mas igualmente tornam as massas urbanas cada vez mais vulneráveis. A corrida armamentista produz armas cada vez mais destruidoras. As guerras mundiais do século passado comprovaram como os Estados-nação têm se tornado perigosos mutuamente e, não raramente, também para seus próprios cidadãos. Não por acaso, a Liga das Nações e a ONU, que são as primeiras tentativas sérias para controlar o comportamento dos Estados, nasceram como remédios políticos decorrentes das guerras mundiais.

Apesar de suas importantes realizações, os experimentos para encaixar as tendências agressivas de Estados contra outros Estados ou contra seus súditos, não avançaram o bastante. A ONU e outras estruturas supranacionais estão paralisadas pela tenaz resistência dos Estados individuais que (frequentemente exortados pelas próprias populações nacionalistas) insistem na sua soberania. Estamos ainda no sistema meio anárquico que simultaneamente produz insegurança e torna arriscado demais ceder soberania a uma instância mais abrangente, que seria a única saída do dilema da segurança. Portanto o próprio Estado deve ser repensado.

Há, porém, ainda um terceiro problema: muitos Estados atuais não nasceram como resultado de movimentos de nações que antecederam o (“seu”) Estado. Muitos Estados são fruto de invasão, colonização e depois descolonização de populações que se encontraram mais ou menos por acaso dentro de um mesmo território: a própria luta contra o colonizador é então o fator que forja (bem ou mal) uma nova nação, meio artificial, com fronteiras arbitrárias, e travada por contradições. O resultado de tal heterogeneidade pós-independência registra frequentes tensões étnicas e comunitárias: lembremos os casos da Índia, Indonésia, e de muitos Estados africanos. O mundo árabe não é diferente, como vimos acima. E dentro do mundo árabe, a heterogeneidade alcança seus níveis mais extremos na Síria e seus vizinhos. A própria fraqueza (ou multiplicidade) das identidades nacionais pode, em tais Estados, provocar, por compensação, um verdadeiro culto ao Estado...

Facilmente esquece-se que tal quase-sacralização do Estado nacional não é uma lei da natureza, mas o resultado de lutas históricas. O Estado, como forma específica para organizar sociedades, atrelou vantagens para as populações mas a um alto preço humano.

Com a globalização, não apenas econômica, financeira e midiática, como também militar e cultural, o preço de manter a primazia do Estado soberano ameaça se tornar ainda mais alto. A Síria exemplifica uma conjuntura quando o respeito à soberania (ainda amplamente incorporado à lei internacional) parece acarretar maiores desvantagens do que sua violação. O Estado é um fenômeno com um começo no passado; terá também um fim futuro. Este fim chegará quando as populações humanas concluírem que o preço da sua manutenção excede seus benefícios. Apenas então se desenvolverão novas formas políticas alternativas que, idealmente, combinarão as vantagens da autodeterminação com as da coexistência global.

Não podemos no âmbito deste artigo detalhar o conteúdo de um contrato social desejável para uma sociedade tal como a Síria: ultra heterogênea, traumatizada, sem fronteiras e princípios consensuais, sem qualquer experiência histórica democrática, e profundamente marcada por uma religião explicitamente universalista e antinacional: o islã. Se não houvesse diferenças entre etnias, religiões, e nações, os Estados como os conhecemos nunca teriam emergido. Além do mais, as diferenças que estão rasgando o corpo social da Síria não param nas suas fronteiras meio artificiais, elas ameaçam também desestruturar seus vizinhos. Podemos, contudo, apontar algumas matrizes.

Qualquer futura base de coexistência, para ter uma mínima viabilidade, implicaria um respeito a essas particularidades.

O mínimo necessário para endereçar construtivamente a tragédia na Síria já constitui em si um pacote extremamente ambicioso: (1) democratizar para conter a fragmentação, (2) pacificar o autoritarismo violento, (3) reassentar e reabilitar a economia e sociedade desestruturadas, e (4) dividir os islamistas para integrar as alas mais moderadas:

1. governo da maioria com garantias para as minorias. Esta precondição é provavelmente a mais crucial, pois a Síria, como o Crescente Fértil em geral, se caracteriza pela fragilização das hierarquias tradicionais entre comunidades, tais como estas funcionaram no império otomano, que precedeu a fragmentação colonial da região pós-Primeira Guerra: muçulmanos e não-muçulmanos, sunitas e xiitas, árabes e não árabes, etc. (cada grupo subdividido em subgrupos com seus preconceitos mútuos às vezes brutais). As divisões tradicionais de poder, riqueza e prestígio já estavam em decomposição no século 19. No século 20 nenhum princípio de ordenamento social conquistou uma hegemonia consensual. Pelo contrário, os processos simultâneos de afrouxamento e de crescente rigidez das divisões comunais têm produzido insegurança, incertezas, e tentativas de (re)impor hegemonias. As autocracias estabelecidas no mundo árabe são fruto destas tentativas hegemônicas, mas a crescente educação e globalização das populações exauriram sua viabilidade. Numa tal situação a **democracia que combina o poder da maioria com a proteção das minorias, e que assim combina autodeterminação com direitos humanos**, parece o único modelo viável que possa garantir uma convivência mais ou menos bem-sucedida. Não por acaso a democratização foi a reivindicação principal dos protestos pacíficos que desencadearam a tragédia síria em Março de 2011.

No caso da Síria, a minoria alawita (mas também outras minorias associadas a eles, p.ex. os cristãos) precisa ceder sua hegemonia: mesmo no cenário mais otimista não o fará sem **garantias** para sua segurança, explicitamente ameaçada por milhões de pessoas que por décadas sofreram as indignidades que a elite política-militar alawita lhes impôs (além do anti-xiismo visceral dos sunitas radicais). Só nesta condição uma **partilha do poder pode fazer jus à heterogeneidade da sociedade sem atomizá-la**. Tais garantias só possuirão credibilidade se as novas regras forem incorporadas em novas **instituições** autônomas do governo, p.ex. uma magistratura independente,

partidos, sindicatos, imprensa e organizações religiosas livres. Nenhuma democracia pode funcionar sem o consentimento dos governados e sem um governo claramente limitado, que deixa amplo espaço à sociedade civil.

2. resolução não-violenta de conflitos. Nenhuma sociedade pode sobreviver num clima de permanente violência aberta. Em muitas sociedades pré-modernas, as funções são atribuídas e as regras mantidas pela ameaça de violência punitiva, nunca longe da superfície. As sociedades árabes não foram exceção. Apesar da existência de moldes tradicionais de resolução de conflitos por negociação e do efeito muitas vezes moderador da religião, suas características autoritárias e patriarcais e até tribais mantinham um alto grau de violência dentro da família. Recentemente a população síria afundou numa prolongada involução dessas normas de convivência de antemão já desiguais, tanto entre seitas quanto entre regiões e classes. Os moldes autoritários ao mesmo tempo inibem a experiência e provocam ciclos de *vendetta* e outras formas de violência.

A pacificação da sociedade, *conditio sine qua non* para a sociedade civil florescer, depende da internalização da norma da não-violência. Esta por si se constrói não menos pela educação do que pela repressão. A tarefa será árdua, mas não impossível. Não há nenhuma razão porque os sírios, apesar de sua heterogeneidade, não possam conviver num mesmo patamar de violência aberta mínima que marca p.ex. as sociedades escandinavas, o Canadá ou o Japão. Mas ninguém deveria subestimar o longo caminho de aprendizado.

3. reabilitação extensa da infraestrutura afetada pela guerra civil e dos serviços médicos, educacionais e sociais, e para o retorno e a reintegração dos milhões de refugiados.

4. inclusividade. O desafio mais fundamental da Síria não é exclusivo deste país, mas atravessa o mundo muçulmano inteiro: a construção de uma base de valores guiando a convivência. Isto remete ao papel da religião e merece uma discussão um pouco mais aprofundada. Para ter uma chance de aceitação duradoura, será imprescindível incluir no contrato social uma integração dos **islamistas** - pelo menos dos islamistas moderados.

O problema do islamismo

Esta problemática transcende de longe a da convivência das seitas e etnias. Conflitos entre alawitas e sunitas, entre cristãos gregos-ortodoxos e drusos, ou entre curdos sunitas e armênios católicos etc., são em última instância meros conflitos de poder. Têm suas raízes em brigas antigas meio esquecidas, conflitos que se dobram frequentemente por desigualdades e/ou exploração econômica, instrumentalizadas pelas elites no poder, e nutridas por preconceitos mútuos. O mito mais disseminado - e o mais perigoso - no Oriente Médio é talvez o do jogo de soma zero, que congela inimigos na convicção fatal da impossibilidade de pactuar e partilhar com o outro, pois o outro “não é confiável” por natureza. Muitas vezes os parceiros nem se lembram das causas das diferenças que os opõem. Às vezes as diferenças entre eles são muito mais recentes e/ou artificiais do que acreditam.

O que acontece na Síria é apenas uma variação dos dramas que se desenrolam no Líbano, Iraque, Egito etc. E os conflitos sectários no Líbano, Iraque e hoje na Síria não são muito diferentes das animosidades que infernizaram a Bósnia, Sri Lanka, ou Ruanda. Portanto, estes conflitos são, *a princípio*, passíveis de solução num quadro democrático, dada uma (re) partilha de territórios e recursos e de um processo (necessariamente difícil e longo) de pedir e dar perdão, de superar traumas e de aceitar a legitimidade do outro.

O conflito que opôs islamistas a democratas é de uma outra ordem. Não se baseia em preconceitos que podem ser “desaprendidos”, mas numa contradição fundamental sobre como ordenar a sociedade humana baseada em leituras incompatíveis das fontes normativas para os seres humanos. Interessantemente, neste embate democratas seculares e muçulmanos modernistas e/ou liberais estão do mesmo lado: a linha divisória não sobrepõe a da confissão, mas a cruza!

Para um sunita sírio modernista, a democracia lhe outorgaria um monopólio do poder baseado na proporção demográfica, que ele compartilharia com representantes das demais comunidades, minoritárias da Síria, no intuito de consolidar um sistema político estável e minimamente equitativo para todos, o que implica no consentimento de todos e na satisfação da grande maioria.

Para um sunita islamista radical, por outro lado, o poder da *umma* sunita é vontade divina, e nunca poderia legitimamente ser compartilhado com comunidades infiéis ou (ainda pior!) heréticas tais como os xiitas. E este poder hegemônico independe da proporção demográfica, portanto valeria na Síria, (maioria sunita) mas não menos no Iraque (maioria xiita) ou na Índia (maioria hindu, politeísta) em Israel ou até no ocidente onde muçulmanos constituem ínfimas minorias. Os extremistas violentos jihadistas consideram a islamização do mundo inteiro como um processo inacabado.

Democratas (que podem então ser ateus, cristãos, muçulmanos etc.) consideram com alarme qualquer programa supremacista, inclusive o islamista. No melhor cenário, contemplam a integração de partidos islamistas moderados no jogo democrático como a estratégia mais *prudente*, numa aposta de que tal integração eventualmente moderasse a prática e até o programa islamista (o que acontece p.ex. na Turquia).⁹ A aceitação democrática de islamistas mantém, portanto, sempre um elemento condicional: eles são bem-vindos enquanto jogarem pelas regras do jogo democrático.

Os islamistas, por sua vez, podem aceitar jogar aos democratas e participar nas eleições, para aumentar sua base de poder. Tampouco do ponto de vista islamista, portanto, a aceitação do outro sistema é incondicional: ela permanece uma tática. O conflito entre democracia e islamismo não depende da presença de seitas ou etnias, embora a heterogeneidade possa exacerbar o conflito. Mas ocorre também no Egito, onde 90 % é sunita, e na Tunísia, onde quase a população inteira o é.

A grande maioria dos sírios é muçulmana, e a tendência ideológica atualmente mais importante no mundo muçulmano é o islamismo: o fundamentalismo islâmico que não pretende – ao contrário dos modernistas muçulmanos – adaptar o islã à modernidade, mas a modernidade aos ditames eternos do islã. Como em outros países há maioria muçulmana (Egito, Paquistão...) a emergência nas últimas décadas de programas e movimentos (aliás, muito divergentes entre si) islamistas antimodernos, anticidentais, e (pelo menos na teoria) antinacionais e antidemocráticos, se deve parcialmente ao fracasso dos partidos secularistas tanto liberais quanto socialistas ou nacionalistas. Ela se baseia na, mas transcende a, “volta da religião”, sendo também um processo transnacional - aliás muito mais amplo do que o próprio islã, encontrando-se

⁹ Processo inacabado como demonstra a recente luta entre o AKP de Erdogan e os islamistas moderados do movimento Hizmet (Gülenista)

em comunidades cristãs, judaicas, hindus, budistas, etc., e devendo seu ímpeto a certas insatisfações inerentes à modernidade.

No mundo muçulmano em específico, *o declínio de fatores políticos secularistas coincide com a derrota histórica de programas modernizadores* pautados em direitos individuais, o “liberdade, igualdade e fraternidade” que subjaz a sociedade moderna. A integração dos islamistas que foram duramente perseguidos pelo regime dos Assad, mas constituem a maior parte da oposição, será sem dúvida o elemento mais problemático na escrita de novas “regras do jogo” na Síria. Deve ser feita com delicadeza para não alienar nem os islamistas nem os vários grupos não-islamistas.

Conclusão: Como turbinar uma utopia?

Uma olhada superficial nesta lista das condições necessárias para viabilizar um acordo que vai além de um curto cessar-fogo mostra que a tarefa de engenharia social e cultural é extremamente ambiciosa, e requer recursos políticos e humanos que vão muito além dos presentes na sociedade síria atual. Só esta consideração já comprova que a transformação necessária para curar a guerra civil é impensável sem um engajamento internacional maciço que deve contar com facetas civis tanto quanto militares. A força militar e policial será vital nos primeiros estágios para vigiar o cessar fogo e proteger as comunidades umas das outras e evitar vinganças: obviamente apenas soldados não associados a nenhuma das partes poderão inspirar a confiança necessária para começar um processo de conserto.

Precisamos ser honestos com nós mesmos: na conjuntura atual, uma intervenção estrangeira multilateral tal como esboçada aqui tem se tornado ainda mais improvável do que antes. É utópico (mas não por isto insensato) pensar sua atuação consensual conforme a lei internacional, *i.e.* legitimada pelo Conselho de Segurança, com sua preponderância de Estados opostos a uma intervenção.

É preciso também nos realizar que a não-implementação condena a Síria, a menos que uma vitória definitiva de Assad e da restauração de sua tirania, à continuação do derramamento de sangue. A rejeição da hipotética intervenção expõe a região inteira ao risco de expansão de um conflito que se tornará ainda *mais* internacionalizado, mais difícil de conter, e mais perigoso. *Uma continuação da política passiva equivale a observar*

o fogo espalhar-se na ilusão de que o observador está imune às queimaduras. Os defensores da não-intervenção coincidem não por acaso com os BRICS. Rússia, China e Índia podem ser mais susceptíveis à violência comunal do que as sociedades ocidentais e latino-americanas, mas o que conta é que um mundo mais seguro para todos só se constrói pelo engajamento de todos. Este engajamento é política e moralmente arriscado, caro, e os resultados são incertos. Mas, a alternativa é pior e o adiamento não diminuirá o custo e os riscos. É irrelevante se a não-intervenção é ditada por motivos grosseiramente interesseiros ou perfeitamente honráveis: na política internacional somos todos consequencialistas. Se as linhas de força esboçadas acima se verificarem, mais para frente, a comunidade será obrigada a tomar providências pró-ativas mesmo assim, e em condições ainda menos favoráveis.

A determinação do conteúdo de qualquer nova constituição síria cabe aos sírios. No entanto, a paz regional no mundo árabe, e no vasto Arco da Crise que sobrepõe o mundo muçulmano da África Ocidental atravessando o Oriente Médio e Ásia Meridional até Indonésia e as Filipinas é um bem coletivo da humanidade inteira. A manutenção ou reimposição do quadro não-violento dentro do qual o novo contrato social se discutiria, cabe à comunidade internacional – ou a qualquer agrupamento de Estados que levaria para frente a tarefa.

Mencionamos acima quatro princípios mínimos, simples para listar, mas complicadíssimos para implementar, que constituem uma *conditio sine qua non* do restabelecimento da paz na Síria: (a) democracia, (b) valores e práticas não-violentos, (c) reabilitação material e social, e (d) a inclusão dos islamistas. À série deve-se provavelmente adicionar um quinto princípio: a solução síria **condiciona-se à solução de outros conflitos médio-orientais**. Esta complicação adicional resulta da expansão regional e complexidade do conflito sírio decorrente do fracasso da diplomacia prévia. Ou seja, uma tarefa de antemão já maciça e difícilíssima vira ainda mais gargantuesca devido à isenção internacional anterior.

Há dois motivos imperativos para vincular tentativas de resolver ou gerenciar a guerra civil na Síria com alguns outros conflitos. O primeiro é que eles são interligados. Inúmeros exemplos ilustram os riscos regionais. Para mencionar apenas alguns deles: a participação do Hizbullah na guerra síria provoca a recrudescência de tensões entre xiitas e sunitas em Beirute, Trípoli e outras cidades libaneses. A situação dos refugiados sírios no Egito oscila com os altos e baixos do embate entre a Irmandade Muçulmana e o

exército. As rotas terrestres permitindo o aprovisionamento do arsenal sírio pelo Irã passam pelo Iraque, tornando mais vital a satelitização do Iraque pelo Irã, o que por sua vez provoca ataques terroristas anti-xiitas por células sunitas em Bagdá, Baquba e outros lugares. Batalhas entre forças pró e anti Assad perto da linha do cessar fogo nas colinas do Golã anexado a Israel têm conduzido a tiroteios que pela primeira vez desde 1974 estão desestabilizando o cessar fogo sírio-israelense; a guerra civil também se desdobra em tensões dentro das vilas drusas ocupadas por Israel. A crise síria causou a entrada maciça de refugiados na Turquia e algumas cidades na zona fronteira se transformam em pontos de acolhimento de voluntários jihadistas vindos da Europa, Ásia Central e alhures. A tensão entre a Turquia e a Síria (que joga a carta curda) interfere no vulnerável processo de apaziguamento turco-curdo na Anatólia oriental. As ameaças mútuas entre Israel e o Irã e a corrida nuclear entre eles se torna tão vital para o Irã manter o regime sírio aliado quanto para Israel afastar a influência iraniana da Síria e do Líbano...

O segundo motivo a favor de um *linkage* é ideológico. Um dos argumentos mais comuns contra uma intervenção internacional é o da seletividade hipócrita: porque mexer na Síria ao invés de pressionar Israel, amigo dos EUA, para se retirar dos territórios palestinos? Porque promover uma democratização no Egito, mas não aplicar a mesma energia para ajudar as forças reformistas na Arábia Saudita, principal exportador de petróleo para o mundo industrial ou no Barein, ponto de ancoragem da marinha estadunidense? Paradoxalmente o sentimento antiocidental no mundo árabe é muito mais forte nestes dias do que nos anos quando Washington e Paris apoiaram os “tiranos amistosos” em Cairo e Tunis.

O contra argumento de que é impossível enfrentar todos os problemas de vez não funciona quando a interrelação entre todos os conflitos médio-orientais se torna em si um impedimento à solução de qualquer um deles separadamente. Talvez estejamos num quadro onde a solução de cada conflito depende da solução de todos os demais. O caso sírio desafia a comunidade para forjar um consenso. É também uma oportunidade – talvez uma das últimas de fazê-lo antes que vitórias de jihadistas obriguem medidas mais dramáticas. No ocidente a reviravolta anti-intervencionista pós-Afeganistão e pós-Iraque tem conspirado com os cálculos frios de estadistas antidemocráticos e antiocidentais na Rússia e na China para inviabilizar na Síria o tipo de intervenção necessária. Repetimos o porquê da urgência de uma intervenção, hoje impopular. Ela

seria necessária para: terminar o genocídio mútuo; colocar as bases para uma coexistência melhor (portanto, mais livre e igualitária) das comunidades que compõem a sociedade síria; frear o avanço de forças islamistas radicais que são os inimigos não apenas do ocidente, dos judeus e dos cristãos, mas também da Rússia, da China – e da esmagadora maioria dos muçulmanos no mundo! Previsivelmente, o resultado da isenção da comunidade internacional tem sido não apenas uma mancha moral como também o começo de uma catástrofe estratégica: a consolidação de núcleos territoriais controlados por “filhotes” de al-Qaeda que irão ameaçar a todos.

Esbocei uma utopia: uma intervenção multinacional para desmilitarizar os grupos que, por interesse ou por ideologia, estão massacrando a população síria, e para semear as sementes políticas e sociais para uma nova convivência. Se uma intervenção externa fosse implementada pela força, expressaria a proeminência dos EUA; mas se contasse também com uma participação muçulmana e refletisse a pluralidade da humanidade – e porque não também com participação brasileira? – tal programa não seria um pesadelo neoconservador, mas sim um projeto “neo-progressista”. Depende de nossa sabedoria coletiva se a empreitada se faz necessária já – ou apenas quando os jihadistas se fortalecerem tanto que forçarão uma nova guerra internacional.